
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO BOM
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2024.

Para habilitação ao Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Campo Bom - 2024/2025, ficando as Instituições aptas a firmar parceria através de TERMO DE FOMENTO com recursos oriundos de captações no FUNDO.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA, no uso de suas atribuições previstas na Lei Municipal 1.961/99 e alterações subsequentes e Lei Federal nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), publica:

1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

Considerando o art. 7, inciso II, da Lei Municipal nº 1.961/99, dispondo que compete ao CMDCA “formular a política municipal dos direitos da criança e do adolescente, definindo prioridades, acompanhando, controlando e aprovando as ações de proteção, promoção, defesa e execução dos direitos da criança e do adolescente, observando deliberação da lei, orientações do CONANDA e deliberações da Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente”;

Considerando o art. 2, parágrafo 2º, da Lei Municipal nº 4.707/17 “O FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CAMPO BOM será vinculado ao CMDCA, órgão formulador, deliberativo e controlador das ações de implementação da política dos direitos da criança e do adolescente, com competência privativa para definir quanto à utilização dos recursos, cabendo-lhe a sua gestão no sentido de fixar critérios de utilização, o plano de aplicação dos seus recursos e aprovar Planos de Trabalhos, conforme disposto na Lei Federal nº 8.069/1990 e Resoluções do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA”;

Considerando a Lei Municipal nº 4.707/17, art. 2, dispondo que a aplicação dos recursos do fundo obedecerá à deliberação do CMDCA/CB;

Considerando a Lei nº 8.069/1990 (ECA), art. 260, § 2º, combinada com a Resolução 137/2010 CONANDA, art. 2, estabelecendo que compete ao CMDCA a gestão do fundo, no sentido de fixar critérios de utilização, o plano de aplicação dos seus recursos e aprovar Planos de Trabalhos;

Considerando o art. 88, inciso IV, da Lei Federal nº 8.069/1990 (ECA), dispondo que: “A manutenção do FUNDO vinculado ao CMDCA constitui-se em diretriz da política de atendimento, nos termos do art. 88, IV da Lei Federal nº 8.069/1990 (ECA)”;

Considerando o art. 27, § 1º, da Lei Federal nº 13.019/2014, dispondo que: “*As propostas serão julgadas por uma comissão de seleção previamente designada, nos termos desta Lei, ou constituída pelo respectivo conselho gestor, se o Plano de Trabalho for financiado com recursos de fundos específicos*”.

Considerando a Resolução nº 137/2010 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, art. 2, que estabelece a responsabilidade dos Conselhos por gerir os fundos, fixar critérios de utilização e o plano de aplicação dos seus recursos; e art. 12, determinando que a definição quanto à utilização dos recursos dos Fundos deve competir única e exclusivamente aos Conselhos dos Direitos;

Considerando a Lei Federal nº 13.019/2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil – OSC;

Considerando o Decreto Municipal nº 6.369/2017, que regulamenta no âmbito do município de Campo Bom, a Lei Federal nº 13.019/2014;

Resolve tornar público o presente Edital de Chamamento Público para análise e seleção de Planos de Trabalhos voltados à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente e a serem financiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que estejam em consonância com as Políticas Públicas da Criança e do Adolescente do município de Campo Bom, definidas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA. O edital foi aprovado em Plenária Extraordinária do dia 13 de agosto de 2024.

2. DO OBJETO E DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

2.1 Constitui objeto do presente edital, a destinação dos Recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), atualmente no montante de R\$ 164.180,92 (cento e sessenta e quatro mil, cento e oitenta reais com noventa e dois centavos) a seleção de Planos de Trabalhos de Organizações da Sociedade Civil (OSC) a serem financiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – (dotação própria do orçamento), com fins de firmar parceria com a Administração Pública na modalidade de Termo de Fomento. A parceria será firmada em valor correspondente ao Plano de Trabalho, conforme previsto neste edital;

2.2 Os Planos de Trabalhos aprovados neste edital estarão cancelados pelo CMDCA, recebendo Certificado de Aprovação do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente de Campo Bom (CAFMDCA/CB), ficando aptos a firmar parceria com recursos oriundos do FMDCA;

2.3 As propostas apresentadas têm a natureza de Planos de Trabalhos de Atendimento Continuado;

2.4 O percentual de 5% de cada valor captado pelas OSCs ficará retido para a conta geral do FUNDO;

2.5 As organizações da sociedade civil devem estar devidamente registradas, em situação regular no CMDCA de Campo Bom e prestarem atendimento direto ou indireto a crianças e adolescentes do município;

2.6 O servidor público responsável pela gestão das parcerias, com poderes de controle e fiscalização (art. 21, IV, do Decreto Municipal nº 6.369/2017) será a servidora municipal Tatiana Oliveira Ribas;

2.8 Fica instituída a COMISSÃO DE SELEÇÃO, com o objetivo de processar e julgar chamamento público, com os seguintes membros:

- a) Sargento David Ritter, suplente do CMDCA, representante da Brigada Militar/RS;
- b) Valdir Tondin, membro titular do CMDCA, representante da Pastoral da Criança;
- c) Maria Ivonete Rodrigues da Silva, membro suplente do CMDCA, representante de Pastoral da Criança.

3. DAS LINHAS DE FINANCIAMENTO:

3.1 Os Planos de Trabalhos deverão estar enquadrados em uma das linhas de financiamento a seguir:

3.1.1 LINHA 1 – PROTAGONISMO E GARANTIA DE DIREITOS

- Planos de Trabalhos que promovam o protagonismo e a inclusão das crianças e adolescentes em atividades relacionadas às áreas da cultura, esporte, educação, recreação, lazer, cidadania, meio ambiente, sustentabilidade, tecnologia e outros;
- Planos de Trabalhos voltados ao ensino complementar e apoio pedagógico;

- Planos de Trabalhos inovadores e/ou complementares, que visem à melhoria de qualidade de vida e à inclusão de crianças e adolescentes com deficiência;
- Planos de Trabalhos destinados às crianças e adolescentes em situação de mendicância e/ou em situação de rua e suas respectivas famílias;
- Planos de Trabalhos de prevenção e enfrentamento ao abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes; proteção e defesa a crianças e adolescentes em situação de risco e expostas às diferentes formas de violência (física, psicológica, institucional, entre outras);
- Planos de Trabalhos que viabilizem a formação e implementação de metodologia para mediação de conflitos considerando o atendimento de crianças e adolescentes e suas famílias;
- Planos de Trabalhos que promovam a cultura da paz e comunicação não violenta com crianças, adolescentes e suas famílias.

3.1.2 LINHA 2 – SAÚDE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

- Planos de Trabalhos que visem à redução do índice de gravidez na adolescência, através de discussão em grupos, material informativo e palestras, segundo o que preconiza material de orientação da UNICEF;
- Planos de Trabalhos de redução de incidência de doenças sexualmente transmissíveis- DST na adolescência, como por exemplo: ampliar os espaços de discussão sobre a educação para a proteção contra as IST e rodas de conversa sobre o corpo e sexualidade;
- Planos de Trabalhos que visem à prevenção, o atendimento e acompanhamento de crianças e adolescentes em situação de uso e/ou abuso de álcool, tabaco e outras drogas.

3.1.3 LINHA 3 – SISTEMA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO EM MEIO ABERTO

- Planos de Trabalhos que atendam adolescentes que estão em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto;
- Planos de Trabalhos que visem à formação da comunidade e de profissionais, que atuem no atendimento de adolescentes em conflito com a lei, e à produção de materiais informativos, visando à redução das dúvidas e preconceitos que os envolvam.

3.1.4 LINHA 4 – TRABALHO: INICIAÇÃO AO TRABALHO E COMBATE AO TRABALHO INFANTIL

- Planos de Trabalhos que promovam a qualificação profissional do adolescente, apoio à entrada no mercado de trabalho e geração de renda;
- Planos de Trabalhos de combate ao trabalho infantil, que identifiquem e promovam a inclusão das crianças e adolescentes nesta situação, em atividades culturais, esportivas, recreativas e de lazer;
- Planos de Trabalhos que busquem aperfeiçoar e implementar mecanismos de monitoramento e controle social e fiscalização do trabalho infantil e do trabalho proibido de adolescentes e jovens, segundo a lista TIP (Piores Formas de Trabalho Infantil);

3.2 As despesas previstas nos Planos de Trabalhos deverão observar, quanto às possibilidades e vedações, o que dispõe a Resolução nº 01/2019 do CMDCA, de acordo com a Lei Federal nº 13.019/2014 art. 33.

Art. 33 Para celebrar as parcerias previstas nesta Lei, as organizações da sociedade civil deverão ser regidas por normas de organização interna que prevejam, expressamente: (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

I - objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

II - (Revogado pela Lei nº 13.204, de 2015)

III - que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido à outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

IV - escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade; (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

a) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

b) (revogada); (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015)

V - possuir: (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

a) no mínimo, um, dois ou três anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, conforme, respectivamente, a parceria seja celebrada no âmbito dos Municípios, do Distrito Federal ou dos Estados e da União, admitida a redução desses prazos por ato específico de cada ente na hipótese de nenhuma organização atingi-los; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

b) experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante; (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

c) instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

§ 1º Na celebração de acordos de cooperação, somente será exigido o requisito previsto no inciso I. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

§ 2º Serão dispensadas do atendimento ao disposto nos incisos I e III as organizações religiosas. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

§ 3º As sociedades cooperativas deverão atender às exigências previstas na legislação específica e ao disposto no inciso IV, estando dispensadas do atendimento aos requisitos previstos nos incisos I e III. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

§ 4º (VETADO). (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

§ 5º Para fins de atendimento do previsto na alínea do inciso V, não será necessária a demonstração de capacidade instalada prévia. (Incluído pela Lei nº 13.204, de 2015)

4. DA QUANTIDADE DE PLANOS DE TRABALHOS POR ENTIDADES:

4.1 As organizações da sociedade civil poderão propor quantos Planos de Trabalhos desejarem, observada sua capacidade de execução, para diferentes ou para a mesma linha de financiamento.

5. DOS REQUISITOS ELIMINATÓRIOS PARA PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO:

5.1 São requisitos eliminatórios para as organizações sociais participarem deste chamamento público:

- Não possuir registro no CMDCA e não ter inscrição do programa adequado ao objetivo do Plano de Trabalho apresentado;
- Não ter frequência mínima de 70% nas Plenárias do CMDCA;
- Não atender crianças e adolescentes residentes em Campo Bom;
- Os Planos de Trabalhos encaminhados que não atendam a, pelo menos, 50% do público prioritário da Assistência Social, ou seja, crianças e adolescentes nas seguintes situações:
 - Cujas famílias são beneficiárias de programas de transferência de renda, como o programa Bolsa Família;
 - Com quadro de deficiência, com prioridade para as beneficiárias do benefício de prestação continuada;

- Fora da escola ou com defasagem superior a 2 anos;
- Trabalho infantil;
- Em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e egressos de medida socioeducativa;
- Em situação de acolhimento;
- Com medidas de proteção do ECA;
- Encaminhadas pelos serviços de proteção social como CRAS, CREAS, abrigos e demais órgãos da rede de atendimento.

6. DA INSCRIÇÃO E DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA:

6.1 A inscrição dos Planos de Trabalhos deverá ser feita, presencialmente, no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Campo Bom, no período de **19/08/2024 a 23/08/2024**, de segunda-feira a quinta-feira das 12h30min às 18h00min e na sexta-feira das 07h30min às 12h30min.

6.2 A inscrição deverá ser feita com ofício em papel timbrado da organização social proponente, contendo informação expressa da linha de financiamento a que se destina. Em anexo ao ofício, a entidade deverá entregar 2 envelopes fechados:

ENVELOPE 1: contendo o PLANO DE TRABALHO (conforme modelo constante no Anexo I deste Edital).

ENVELOPE 2: contendo os documentos previstos no Anexo II deste edital.

7. DOS PROCEDIMENTOS PARA SELEÇÃO E JULGAMENTO E DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO:

7.1 A Comissão de Seleção, nomeada em Resolução do CMDCA, responderá pela seleção e julgamento das propostas.

I. O julgamento das propostas apresentadas no plano de trabalho com preenchimento de atas contendo no mínimo as datas e os critérios, objetivos de seleção, bem como, a metodologia de pontuação e o peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos;

II. Abertura do envelope com os documentos da organização selecionada, com o objetivo de verificar se a mesma atendeu as exigências documentais elencadas no Anexo II deste edital.

7.2 Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar o assessoramento técnico de especialistas de Secretarias afins.

7.3 Na análise dos Planos de Trabalhos, a Comissão aplicará um sistema de pontuação de 0 (zero) a 2,00 (dois) pontos, elaborando uma planilha a ser apresentada em plenária de escolha dos Planos de Trabalhos a serem financiados.

7.4 Serão pontuados os seguintes itens:

I – Quanto à adequação do Plano de Trabalho (exigido no mínimo 6 pontos):

- Proposta alinhada à linha de financiamento (2 pontos);
- Consonância com a legislação e normativas vigentes relacionadas à criança e ao adolescente, em especial ao Estatuto da Criança e do Adolescente e aos Planos Temáticos que garantam os direitos da criança e do adolescente (1 ponto);
- Objetivos bem definidos e factíveis, coerência interna e conformidade com o Estatuto da entidade (1 ponto);
- Viabilidade orçamentária (1 ponto);
- Equipe técnica (2 pontos);
- Infraestrutura (2 pontos).

II – Quanto ao público-alvo (exigido no mínimo 3 pontos):

- Garantia expressa de atendimento ao público em situação de vulnerabilidade social (2 pontos);
- Previsão de ampliação do atendimento já realizado pela entidade/serviço (1 ponto);
- Garantia expressa de vagas para adolescentes de egressos ou vinculados ao sistema socioeducativo ou para crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional (1 ponto).

III – Quanto ao impacto social (exigido no mínimo 3 pontos):

- Uso de espaços comunitários ociosos (2 pontos);
- Atendimento: se dois turnos/semana (1 ponto); se três ou mais turnos/semana (2 pontos);
- Coerência Valor per capita x Serviço prestado (1 ponto);
- Especificidade e especialidade do serviço (refere-se a aspectos que torna o serviço diferenciado, exemplo: exclusividade do serviço ofertado, quadro técnico especializado, estratégias e meios inovadores que facilitem o acesso e adesão do público-alvo, etc.) (1 ponto).

7.5 Somente serão considerados aptos, os Planos de Trabalhos que atingirem a pontuação mínima em cada item, conforme descrição acima.

7.6 Na pontuação, a Comissão poderá aplicar escore fracionado, indicando que o item foi Atendido Plenamente (1 ou 2), Parcialmente Atendido (50% da pontuação máxima) ou Não Atendido (0).

7.7 O quesito “coerência Valor Per capita X serviço prestado” será analisado levando em conta: o tipo e grau de complexidade do atendimento oferecido, o número de atendimentos semanais direcionado à criança e ao adolescente e a equipe envolvida. Enfim, refere-se à análise do custo x benefício do Plano de Trabalho.

7.8 A Comissão de Seleção analisará os Planos de Trabalhos no período de **26/08/2024 a 30/08/2024**.

8. DA PUBLICAÇÃO DO RESULTADO:

8.1 O CMDCA publicará Resolução dia **06/09/2024**, constando os Planos de Trabalhos aprovados e não aprovados, mencionando o nome da OSC, nome do Plano de Trabalho e pontuação obtida. Os Planos de Trabalhos aprovados receberão o CAFMDCA/CB, tornando-se aptos a firmar parceria com a Administração Pública.

9. DOS RECURSOS:

9.1 O Plano de Trabalho e documentos serão julgados e avaliados pela Comissão de Seleção. Havendo falta de documentos as OSCs poderão se utilizar do prazo recursal para complementação.

9.2 As OSCs com Plano de Trabalho não aprovados poderão apresentar recurso, nos moldes do Anexo III, de **09/09/2024 a 11/09/2024**. Os recursos deverão ser protocolados nos mesmos moldes da inscrição. Em havendo recursos, a Comissão de Seleção analisará e proferirá parecer entre **12/09/2024 a 16/09/2024**, submetendo ao julgamento de Plenária Extraordinária no dia **17/09/2024**.

9.3 Haverá período de recurso para apresentação de documentos faltantes ou para adequação do plano de trabalho no quesito não atendido, conforme estabelecido no item 7, e este ocorrerá entre os dias **09/09/2024 a 11/09/2024**.

9.4 No caso de provimento do recurso (aprovação do Plano de Trabalho), será publicada nova resolução nos termos previstos no item 8.1, em

20/09/2024.

9.5 A não interposição de qualquer recurso dispensará o cumprimento das etapas previstas nos itens 9.1 e 9.2, e deverá ser publicada, ao efeito de tornar definitiva a Resolução prevista no item 8.1.

10. DA PARCEIRIZAÇÃO PELO VALOR TOTAL OU PARCIAL:

- 10.1 O financiamento dos Planos de Trabalhos aprovados poderá ocorrer pelo valor total previsto no plano de trabalho ou por valor parcial.
- 10.2 Na hipótese de captação parcial, a entidade deverá adequar o valor do projeto para o montante disponível, apresentando o plano de aplicação parcial, conforme modelo vigente no CMDCA. A readequação poderá ser por tempo, por módulo, per capita ou etapas, de acordo com suas características.
- 10.3 A parceria poderá ser firmada a qualquer tempo, durante o prazo de vigência deste edital.

11. DO PRAZO DE EXECUÇÃO:

- 11.1 O prazo de execução será de até 01 (um) ano, a contar da data da assinatura da parceria.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

- 12.1 Os Planos de Trabalhos aprovados pelo CMDCA serão enviados, com toda a documentação, ao setor competente para celebração e formalização do TERMO DE FOMENTO.
- 12.1.1 Na mesma ocasião em que a parceria for firmada, a OCS deverá apresentar os documentos originais, para a devida autenticação das cópias fornecidas no momento da inscrição, sob pena de ter a sua parceria indeferida.
- 12.2 As entidades selecionadas deverão prestar contas da utilização dos valores recebidos nos termos do artigo 31 a 38, do decreto nº 6.369/2017.
- 12.3 Após iniciada a execução do plano de trabalho, a entidade deverá apresentar ao CMDCA relatórios trimestrais onde constem os resultados obtidos e as evidências do trabalho realizado. É facultado ao CMDCA o direito de solicitar documentos comprobatórios que julgar necessário.
- 12.4 Nos materiais de divulgação das ações, Planos de Trabalhos e programas que tenham recebido financiamento do FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, será obrigatória a referência ao CMDCA e ao fundo, como fonte pública de financiamento.
- 12.5 No caso de descumprimento das condições deste Edital, a entidade selecionada deverá devolver os recursos recebidos, devidamente corrigidos pela variação do IGPM/FGV ou pelo índice oficial que vier a substituí-lo, e acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês, sem prejuízo das demais penalidades previstas pela legislação vigente.

CALENDÁRIO:

- 16/08/2024 – Publicação do edital
- 19/08/2024 a 23/08/2024 – Prazo para inscrição dos Planos de Trabalhos e entrega de documentos.
- 26/08/2024 a 30/08/2024 – Análise dos Planos de Trabalhos e emissão de pareceres pela Comissão de Seleção
- 06/09/2024 – Publicação de Resolução dos Planos de Trabalhos aprovados e não aprovados
- 09/09/2024 a 11/09/2024 – Prazo de recursos e recurso para juntada de documentos e de pontuação
- 12/09/2024 a 13/09/2024– Análise dos recursos e emissão de pareceres pela Comissão de Seleção
- 17/09/2024 – Plenária Extraordinária do CMDCA para análise dos julgamentos de recursos
- 20/09/2024– Publicação de Resolução dos julgamentos dos recursos ou informando a não interposição de recursos, tornando definitiva a Resolução do dia 17/09/2024.

ANEXO I
PLANO DE TRABALHO
1. DADOS CADASTRAIS

NOME DO ÓRGÃO OU DA INSTITUIÇÃO		CNPJ		
TIPO DE ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL		<input type="checkbox"/> Sem Fins Lucrativos		
		<input type="checkbox"/> Cooperativa		
		<input type="checkbox"/> Religiosa		
		<input type="checkbox"/> Não se aplica		
ENDEREÇO				
BAIRRO		CIDADE	UF	CEP
E-MAIL			TELEFONE	
CONTA BANCÁRIA	<input type="checkbox"/> Corrente	<input type="checkbox"/> Poupança	BANCO	AGÊNCIA
Número da conta				
NOME DO RESPONSÁVEL PELO ORGÃO OU PELA INSTITUIÇÃO			CPF	
PERÍODO DE MANDATO		CARTEIRA DE IDENTIDADE		CARGO
ENDEREÇO			CEP	

2. PROPOSTA DE TRABALHO:

NOME DO PLANO DE TRABALHO	PRAZO DE EXECUÇÃO	
	INÍCIO	TÉRMINO
PÚBLICO ALVO		
OBJETO DE PARCERIA: (o que está se propondo a fazer)		
DESCRIÇÃO DA REALIDADE QUE SERÁ OBJETO DA PARCERIA (devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou Planos de Trabalhos e metas a serem atingidas)		

JUSTIFICATIVA DA PROPOSIÇÃO

3. OBJETIVOS:

4. METODOLOGIA:

4.1 FORMAS DE EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES OU DOS PLANOS DE TRABALHOS E DE CUMPRIMENTO DAS METAS

5. METAS E RESULTADOS ESPERADOS:

5.1 DESCRIÇÃO DAS METAS E DE ATIVIDADES OU PLANOS DE TRABALHOS A SEREM EXECUTADOS

5.2 RESULTADOS ESPERADOS

5.3 PARÂMETROS PARA AFERIÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS

6. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (META, ETAPA OU FASE)

META	ETAPA/FASE	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR FÍSICO		DURAÇÃO	
			UNIDADE	QUANTIDADE	INÍCIO	TÉRMINO

7. PREVISÃO DA RECEITA E DESPESA:

RECEITA	TOTAL	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
PROPONENTE			
CONCEDENTE			
TOTAL GERAL			
DESPESA	TOTAL	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
PROPONENTE			
CONCEDENTE			
TOTAL GERAL			

8. DETALHAMENTOS DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR (Colocar apenas o valor total)
Material de Consumo	
Serviços de Terceiros – Pessoa Física	
Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	
Custos Indiretos/Equipe encarregada pela execução	
Equipamentos e Materiais Permanentes	
TOTAL	

9. PRESTAÇÃO DE CONTAS:

A PRESTAÇÃO DE CONTAS deverá ser encaminhada até 30 dias a partir do término da vigência da parceria.
A PRESTAÇÃO DE CONTAS deverá ser encaminhada a cada trimestre.
Após a apresentação da prestação de contas, constatada irregularidade ou omissão, será concedido prazo para a entidade sanar irregularidades ou cumprir a obrigação, sem prejuízo das demais medidas administrativas.

10. DECLARAÇÃO (ESTE ITEM NÃO SE APLICA PARA ORGÃOS GOVERNAMENTAIS)

Na qualidade de representante legal da ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL, declaro, para fins de comprovação junto ao MUNICÍPIO, para os efeitos e sob as penas da Lei, que inexistente qualquer débito ou situação de inadimplência com a Administração Pública Municipal ou qualquer entidade da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento do Município para aplicação na forma prevista e determinada por este Plano de Trabalho.

Pede deferimento.

Local e data

Responsável Legal

ANEXO II

DOCUMENTAÇÃO ATUALIZADA

Lista de Documentação para entidades não governamentais:

1. Plano de trabalho (original e cópia);
2. Cópia simples do Estatuto registrado em cartório;
3. Cópia simples da ata de eleição da diretoria em exercício;
4. Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
5. Cópia do CPF e RG do representante legal da entidade;
6. Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, abrangendo as contribuições sociais;
7. Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual;
8. Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal;
9. Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
10. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5452, de 1º de maio de 1943 (CNDT);
11. Certidão contendo o nome de todos os dirigentes e conselheiros da organização da sociedade civil, com CPF e período de atuação;
12. Certidão contendo o nome do contador responsável pela organização da sociedade civil e respectiva cópia da certidão de regularidade do Conselho Regional de Contabilidade;
13. Certidão contendo o nome do gestor responsável pelo controle administrativo, financeiro e de execução de parcerias (*pessoa que lida diretamente com o Plano de Trabalho*);
14. Declaração de início de atividades;
15. Declaração de conta bancária específica (conta corrente ou conta poupança).

ANEXO III

FORMULÁRIO PARA RECURSO

- 1 – Entidade ou órgão:
 - 1.1 – Título do Plano de Trabalho:
- 2 – Endereço:
- 3 – CNPJ:
- 4 – E-mail:
- 5 – Registro do número de inscrição da entidade no COMDICA:
- 6 – Representante:
- 7 – Número do telefone:
- 8 – Recursos sobre:
 - () Público-Alvo
 - () Coerência entre a justificativa, os objetivos, a metodologia e metas
 - () Avaliação
 - () Viabilidade técnica
 - () Impacto do Plano de Trabalho
 - () Viabilidade econômica/financeira
- 9 – Justificativa do recurso:

_____	_____
Local e data	Assinatura do representante legal da entidade

APROVAÇÃO DO PLANO DE TRABALHO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

a) Conselho Municipal (No caso de haver repasse oriundo de Fundo Municipal, exemplo: CMDCA)

() Aprovado () Reprovado

Data: __/__/__

Assinatura: _____

b) Gestor da Parceria (Fiscal da Parceria)

() Aprovado () Reprovado

Data: __/__/__

Assinatura: _____

PLANILHA DE PONTUAÇÃO

OSC proponente:	Legenda		
Título do Plano de Trabalho:	AP: Atendido Plenamente		
Linha de Financiamento:	PA: Parcialmente Atendido		
Quantidade de Metas:	NA: Não Atendido		
<u>I – Quanto à adequação do Plano de Trabalho (exigido no mínimo 6 pontos);</u>			
Quesitos	AP	PA	NA
1. Proposta alinhada à linha de financiamento (2 pontos)	() 2	() 1	() 0
2. Consonância com a legislação e normativas vigentes relacionadas à criança e ao adolescente, em especial ao Estatuto da Criança e do Adolescente e aos Planos Temáticos que garantam os direitos da criança e do adolescente (1 ponto)	() 1	() 0,5	() 0
3. Objetivos bem definidos e factíveis, coerência interna e conformidade com o Estatuto da entidade (1 ponto)	() 1	() 0,5	() 0
4. Viabilidade orçamentária (1 ponto)	() 1	() 0,5	() 0
5. Equipe técnica (2 pontos)	() 2	() 1	() 0
7. Infraestrutura (2 pontos)	() 2	() 1	() 0
Sub - Total Item I: _____			
<u>II – Quanto ao público-alvo (exigido no mínimo 3 pontos);</u>			
Quesitos	AP	PA	NA
1. Garantia expressa de atendimento ao público em situação de vulnerabilidade social (2 pontos)	() 2	() 1	() 0
2. Previsão de ampliação do atendimento já realizado pela entidade/serviço (1 ponto)	() 1	() 0,5	() 0
3. Garantia expressa de vagas para adolescentes de egressos ou vinculados ao sistema socioeducativo ou para crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional (1 ponto)	() 1	() 0,5	() 0
B. Sub - Total Item II: _____			
<u>III – Quanto ao impacto social (exigido no mínimo 3 pontos);</u>			
Quesitos	AP	PA	NA
1. Uso de espaços comunitários ociosos (2 pontos)	() 2	() 1	() 0
2. Atendimento: se um turno/semana (1 ponto); se dois ou mais turnos/semana (2 pontos)	() 1 () 2	() 0,5 () 1	() 0
3. Coerência Valor per capita x Serviço prestado (1 ponto)	() 1	() 0,5	() 0
4. Especificidade e especialidade do serviço (refere-se aos aspectos que tornam o serviço diferenciado, exemplo: exclusividade do serviço ofertado, quadro técnico especializado, estratégias e meios inovadores que facilitem o acesso e adesão do público-alvo, etc.) (2 pontos)	() 2	() 1	() 0
C. Sub - Total Item III: _____			
Total Final(A+B+C): _____			

Local e Data

Nome e Assinatura dos membros da Comissão de Seleção

Publicado por:
Fabíula Dieter Fontoura
Código Identificador:E2245815

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Sul no dia 19/08/2024. Edição 3890
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/famurs/>